



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

06/05/2016 ATÉ 06/05/2016



ÍNDICE

1	CNJ	
	1.1 SITE CNJ.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 SITE AGORA SANTA INÊS.....	2
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG RAIMUNDO GARRONE.....	3
	3.2 REVISTA NORDESTE.....	4
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG JEISAEL.COM.....	5
	4.2 BLOG MARRAPÁ.....	6
5	EXECUÇÕES PENAIS	
	5.1 BLOG DA KELLY.....	7
	5.2 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	8
	5.3 G1 MARANHÃO.....	9
	5.4 SITE ASMOIMP COM DUDUZÃO.....	10
	5.5 SITE CNJ.....	11
	5.6 SITE JORNAL PEQUENO.....	12
	5.7 SITE JUSBRASIL.....	13
	5.8 SITE O MARANHENSE.....	14
6	OBRAS / REFORMAS	
	6.1 SINDJUS.....	15
7	PLANTÃO NO TJMA	
	7.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	16
8	SEM ASSUNTO	
	8.1 BLOG JORGE VIEIRA.....	17
9	SINDJUS	
	9.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	18
	9.2 BLOG DO JURACI FILHO.....	19
	9.3 BLOG DO NETO FERREIRA	20
	9.4 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	21
	9.5 SINDJUS.....	22
10	VARA CRIMINAL	
	10.1 BLOG ATUAL 7.....	23
	10.2 BLOG DOMINGOS COSTA.....	24
	10.3 BLOG RAIMUNDO GARRONE.....	25
	10.4 BLOG WALDEMAR TER.....	26
	10.5 G1 MARANHÃO.....	27
	10.6 O IMPARCIAL ONLINE.....	28 29
	10.7 SINAL VERDE DE CAXIAS.....	30
	10.8 SITE 180 GRAUS.....	31
	10.9 SITE JORNAL PEQUENO.....	32
	10.10 SITE UOL.....	33
11	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	11.1 BLOG WILTON LIMA.....	34
	11.2 SITE O MARANHENSE.....	35

SINDJUS-MA irá até governador Flávio Dino cobrar respostas sobre a suplementação do TJ-MA

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA) recebeu nesta segunda-feira (2), cópia do pedido de suplementação orçamentária entregue ao governador Flávio Dino, no dia 16 de março passado ([veja aqui](#)). O documento foi encaminhado ao SINDJUS-MA em resposta à requisição nº 384436/2016 feita na última segunda (26).

Ao analisar o documento, a diretoria do SINDJUS-MA atestou que a solicitação de suplementação no valor de 158.151.610,15 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e cinquenta e um mil, seiscentos e dez reais e quinze centavos) mais de 96 milhões e 800 mil reais estão destinados para despesa com pessoal, entre elas: o reajuste anual de 2014 para servidores efetivos, as perdas inflacionárias sob índice de 6,3% e gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ).

A direção do SINDJUS-MA solicitou nesta segunda-feira (2), no ofício nº 79/2016 audiência com o Governador Flávio Dino na busca de uma resposta formal do Governo para o pedido feito pelo Poder Judiciário. "Iremos até o governador Flávio Dino pedir que faça a suplementação porque não podemos mais sofrer com tantas perdas. A categoria está mobilizada quanto a essa pauta e já se propõe até acampar em frente ao Palácio dos Leões caso o governador não tome nenhuma medida", declarou o vice-presidente do SINDJUS-MA, Márcio Luís.

Fonte - Sindjus - MA

Justiça aceita denúncia contra pregoeira da Casa Civil por fraude e associação criminosa

06/05/2016 12:17:25

A Justiça do Maranhão aceitou denúncia contra a atual pregoeira da Comissão Central Permanente de Licitação (CCL) da Casa Civil, Gardênia Baluz Couto, por crimes de dispensa ilegal de licitação, fraude à licitação e associação criminosa. Ex-presidente da CCL da Secretaria de Estado da Saúde (SES), ela se tornou réu no mesmo processo em que o Ministério Público do Maranhão [pede a condenação da ex-governadora Roseana Sarney e de seu cunhado e ex-secretário de Saúde Ricardo Murad](#), ambos do PMDB, e mais 13 pessoas por crimes na Saúde.

Segundo a denúncia Gardênia Baluz teve participação no esquema ao subscrever os editais das concorrências 001/2009-CPUSES/MA, origem de toda a sangria de verbas públicas, e 007/2009-CPUSES/MA, resultando no superfaturamento nas obras de construção de 64 hospitais do programa Saúde é Vida. As fraudes, segundo a denúncia, teriam ocorrido em 2009 e 2010, e consumiram cerca de R\$ 151 milhões.

Robusto, o processo contém seis volumes, totalizando 1.523 folhas.

Para o promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa, autor da denúncia à Justiça, a atual pregoeira da CCL da Casa Civil autorizou e deu andamento, enquanto presidente da CCL da SES, às licitações 001 e 007/2009, bem com da dispensa ilegal da licitação para os lotes II, IV e V dos hospitais, adjudicando seus objetos, para a construção em série de hospitais de 20 leitos. Juntamente com Roseana e Murad, ela é apontada pelo MP-MA como coautora na violação dos dispositivos contantes na parte penal da Lei de Licitações (artigos 90, 89, 96,1, 97) e artigo 288 do Código Penal Brasileiro.

Todos os crimes apontados, se condenada, levam Gardênia Baluz Couto para a cadeia.

O **Atual7** procurou o Governo do Maranhão e o secretário-Chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, para se posicionarem sobre o assunto e aguarda manifestação. A reportagem não conseguiu contato direto com Gardênia Baluz, mas solicitou nota por meio da Secretaria de Comunicação e Articulação Política.

Justiça nega benefício de saída a 15 presos no Dia das Mães

06/05/2016 00:00:00

Dos 361 que ganharam o direito, apenas 346 saíram nesta quinta-feira, já que 15 foram impedidos por causa de novas ordens judiciais

346 presos do Complexo de Pedrinhas saíram com o benefício do Dia das Mães SÃO LUÍS - A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) informou, por meio de nota, que dos 361 detentos beneficiados com a saída temporária do Dia das Mães, concedida pela Justiça, na manhã desta quinta-feira (05), apenas 346 saíram efetivamente, já que 15 foram impedidos por haver novas ordens judiciais. O retorno dos internos ao sistema prisional deverá ocorrer até às 18h de quarta-feira (11), prazo este determinado pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Ana Maria Almeida Vieira, por meio da Portaria 014/2016, que prevê pena de regressão de regime, para os internos que descumpri-la.

Segundo o Poder Judiciário, nas cinco saídas temporárias de 2015, 234 apenados não retornaram aos presídios da Região Metropolitana de São Luís e são considerados foragidos da Justiça.

A Vara de Execuções Penais já informou a Sejap, a Superintendência da Polícia Federal, Superintendência da Polícia Rodoviária Federal e a direção dos estabelecimentos penais da Comarca da Ilha de São Luís sobre esta saída temporária para o dia das mães.

Essa portaria determina também que os apenados beneficiados devam seguir algumas normas quando estivessem do lado de fora do presídio como: não ingerir bebidas alcoólicas, não portar armas e não frequentar bares, festas e/ou similares. O recolhimento deles às respectivas residências devam acontecer até as 20h.

Wellington vai defender horário único de trabalho no Judiciário

06/05/2016 05:00:08

Atendendo solicitação feita por representantes, na tarde desta quarta (4), do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), o deputado Wellington do Curso (PP) solicitou que seja realizada audiência pública, com o intuito de debater a possível adoção de horário único de trabalho no Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Segundo os servidores públicos, essa é uma medida que já está sendo adotada em diversos tribunais do país. "Recebemos os servidores do Tribunal de Justiça e eles nos apresentaram a demanda. Nos falaram, inclusive, que a medida já é realidade no Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, com o suposto objetivo de diminuir os custos operacionais. Não estamos, de forma alguma, querendo impor algo ao Judiciário, até porque compreendemos que os poderes são independentes e harmônicos entre si. Estamos aqui para intermediar essa discussão que, ao que parece, é de suma relevância tanto social quanto econômica.", ressaltou

Saída temporária: 346 presos são beneficiados nos presídios de São Luís**NOTA**

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) informa que dos 361 detentos beneficiados com a saída temporária do Dia das Mães, concedida pela Justiça, na manhã desta quinta-feira (05), 346 saíram efetivamente, já que 15 foram impedidos por haver novas ordens judiciais.

O retorno dos internos ao sistema prisional deverá ocorrer até às 18h de quarta-feira (11), prazo este determinado pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Ana Maria Almeida Vieira, por meio da Portaria 014/2016, que prevê pena de regressão de regime, para os internos que descumpri-la.

Notas da manhã

06/05/2016 08:31:37

Visita

Atendendo solicitação feita por representantes, na tarde desta quarta (4), do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), o deputado Wellington do Curso (PP) solicitou que seja realizada audiência pública, com o intuito de debater a possível adoção de horário único de trabalho no Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Segundo os servidores públicos, essa é uma medida que já está sendo adotada em diversos tribunais do país. "Recebemos os servidores do Tribunal de Justiça e eles nos apresentaram a demanda. Nos falaram, inclusive, que a medida já é realidade no Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, com o suposto objetivo de diminuir os custos operacionais. Não estamos, de forma alguma, querendo impor algo ao Judiciário, até porque compreendemos que os poderes são independentes e harmônicos entre si. Estamos aqui para intermediar essa discussão que, ao que parece, é de suma relevância tanto social quanto econômica.", ressaltou

"Roseana tem a consciência serena de quem sempre agiu dentro da Lei", diz nota

06/05/2016 09:31:04

Por meio de uma nota curtíssima, de apenas três parágrafos, a assessoria da ex-governadora Roseana Sarney (PMDB), respondeu à denúncia do Ministério Público formulada pelo promotor de Justiça, Lindonjonson Gonçalves de Sousa, aceita pelo juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, da 7ª Vara Criminal de São Luís, em que acusa ela, o ex-secretário de Saúde do Estado, Ricardo Murad e mais 14 pessoas entre funcionários públicos e empreiteiros, de desvios de verbas destinadas a Saúde do Maranhão.

Confira a íntegra da **"Nota da assessoria de Roseana Sarney"**

A ex-governadora Roseana Sarney nunca foi ouvida sobre a questão. Trata-se de uma denúncia genérica, sem nenhum fato específico imputado contra ela, que foi incluída entre 16 pessoas como co-autora apenas por ser governadora.

Roseana Sarney tem a consciência serena de quem sempre agiu dentro da Lei e em nenhum momento autorizou despesas ou interferiu administrativamente no caso que está sendo investigado.

Esta é mais uma ação movida por quem sempre atuou com métodos de perseguição política.

Assessoria de Roseana Sarney

LEIA TAMBÉM:

- As graves acusações contra Roseana e Murad por associação criminosa
- Justiça aceita denúncia contra Roseana Sarney, Ricardo Murad e mais 14 pessoas
- Peculato, falsidade ideológica e associação criminosa motivam ação do MP contra Roseana

Wellington propõe discussão sobre horário único de trabalho no Judiciário

06/05/2016 08:46:50

Atendendo solicitação feita por representantes, na tarde de hoje (04), do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), o deputado Wellington do Curso (PP) solicitou que seja realizada audiência pública, com o intuito de debater a possível adoção de horário único de trabalho no Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Segundo os servidores públicos, essa é uma medida que já está sendo adotada em diversos tribunais do país.

"Recebemos os servidores do Tribunal de Justiça e eles nos apresentaram a demanda. Nos falaram, inclusive, que a medida já é realidade no Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, com o suposto objetivo de diminuir os custos operacionais. Não estamos, de forma alguma, querendo impor algo ao Judiciário, até porque compreendemos que os poderes são independentes e harmônicos entre si. Estamos aqui para intermediar essa discussão que, ao que parece, é de suma relevância tanto social quanto econômica.", ressaltou.

(Da assessoria)

Empresários querem barrar licitação do transporte público de São Luís

06/05/2016 12:06:51

Um dos principais avanços na reestruturação do precário Sistema de Transporte Público de São Luís após décadas, a licitação que promete de ônibus novos a veículos com ar condicionado pode estar com os dias contados se depender dos empresários do ramo.

De acordo com o blog do Marrapá, os caciques das empresas estão resistindo às mudanças propostas pela licitação e prometem recorrer a "amigos" no Tribunal de Justiça do Maranhão e ao Tribunal de Contas do Estado para a barrar a medida.

Com um serviço precário, dispendioso de veículos sucateados e superlotados, além do monopólio que algumas dessas empresas exercem, os empresários não querem perder os privilégios que por décadas gozaram. Dessa forma, ao propor a reestruturação e a modernização de um serviço que atualmente desrespeita os milhares de ludovicenses que precisam dos coletivos diariamente, a licitação se torna um inimigo que precisa ser eliminado.

O edital estabelece, entre outros tópicos, que a frota para prestação dos serviços terá a idade média de, no máximo, cinco anos; que os veículos devem ser dotados de acessibilidade e substituídos, gradativamente, por ônibus com ar-condicionado. O edital prevê ainda a substituição imediata, a partir da assinatura do contrato, de cerca de 200 ônibus fora da idade média de operação exigida pelo contrato.

Empresários inescrupulosos ameaçam barrar licitação dos transpostes

06/05/2016 08:38:00

Politicalha e mesquinhaeria ameaçam barrar a licitação do transporte público da São Luís, anunciada em março pelo prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PDT) como forma de garantir melhor qualidade do serviço prestado à população e por fim ao cartel montado por empresários inescrupulosos que ao longo de década exploram o setor com ônibus sucateados.

Como a grande maioria das empresas que exploram o transporte coletivo não atende as exigências do edital lançado, seus proprietários andam falando nas rodas de empresários que já teriam apoio no Tribunal de Justiça do Maranhão e no Tribunal de Contas do Estado para anular a licitação.

Esses empresários inescrupulosos que visam apenas explorar a população colocando ônibus caindo aos pedaços para fazer o transporte, com receio dos novos tempos, onde a comunidade está em primeiro plano, comentam abertamente que já teriam acertados com membros do TJ-MA e do TCE-MA para colocarem em prática o plano maquiavélico.

E tudo isso porque não querem investir na reestruturação do serviço, que exige veículos com ar-condicionado e com menos de sete anos de uso. Os tubarões do transporte desejam que a população continue usando sucatas com mais de 10 anos rodando e maltratando os usuários.

Os magnatas dos transportes não querem que o prefeito Edivaldo Holanda Junior (PDT) faça a licitação, um fato histórico que vai transformar o sistema de transporte coletivo de São Luís e democratizar a concorrência de quem deseja fornecer o serviço na capital.

Empresários ameaçam barrar licitação do transporte de São Luís

O medo de perder o direito de fazer o transporte é tanto que empresários do ramo dizem que vão entrar na justiça para barrar o processo licitatório, garantindo que conseguirão paralisar o processo com o apoio de amigos togados no Tribunal de Justiça do Maranhão e no Tribunal de Contas do Estado. Tudo porque não querem investir na reestruturação do serviço, que exige por exemplo veículos com ar-condicionado e com menos de sete anos de uso.

6 de maio de 2016 | Por: Leandro Miranda

Anunciada no mês de março deste ano, a licitação do transporte público da capital deixou alguns empresários do ramo sobressaltados. Isso porque com o fim dos privilégios, quem não atender as exigências do edital vai perder a concessão.

O medo de perder o direito de fazer o transporte é tanto que empresários do ramo dizem que vão entrar na justiça para barrar o processo licitatório, garantindo que conseguirão paralisar o processo com o apoio de amigos togados no Tribunal de Justiça do Maranhão e no Tribunal de Contas do Estado. Tudo porque não querem investir na reestruturação do serviço, que exige por exemplo veículos com ar-condicionado e com menos de sete anos de uso.

A verdade é que alguns magnatas do transporte não querem perder um centavo, mas também não se importam se a população vai estar bem servido. Os atrasos dos salários aos rodoviários neste ano foi uma maneira dos empresários pressionar a Prefeitura de São Luís a aumentar a tarifa neste ano. Esse pessoal não dá ponto sem nó.

A resposta do prefeito Edivaldo Holanda Junior (PDT) foi a licitação, que vai transformar o sistema de transporte coletivo de São Luís e democratizar a concorrência de quem deseja fornecer o serviço na capital. De forma clara e transparente, vale lembrar que isso acontece pela primeira vez na capital.

Além da manutenção dos benefícios já implantados pela Prefeitura como o Bilhete único e Biometria Facial, a licitação vai exigir que todos os coletivos possuam ar-condicionado, que não ultrapassem o limite de tempo de uso do carro e tenham acessibilidade.

Empresários inescrupulosos ameaçam barrar licitação dos transpostes

06/05/2016 09:37:39

Agindo na escuridão, empresários tentam barrar licitação do transporte coletivo

Do blog do Jorge Vieira

Politicalha e mesquinharia ameaçam barrar a licitação do transporte público da São Luís, anunciada em março pelo prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PDT) como forma de garantir melhor qualidade do serviço prestado à população e por fim ao cartel montado por empresários inescrupulosos que ao longo de década exploram o setor com ônibus sucateados.

Como a grande maioria das empresas que exploram o transporte coletivo não atende as exigências do edital lançado, seus proprietários andam falando nas rodas de empresários que já teriam apoio no Tribunal de Justiça do Maranhão e no Tribunal de Contas do Estado para anular a licitação.

Esses empresários inescrupulosos que visam apenas explorar a população colocando ônibus caindo aos pedaços para fazer o transporte, com receio dos novos tempos, onde a comunidade está em primeiro plano, comentam abertamente que já teriam acertados com membros do TJ-MA e do TCE-MA para colocarem em prática o plano maquiavélico.

E tudo isso porque não querem investir na reestruturação do serviço, que exige veículos com ar-condicionado e com menos de sete anos de uso. Os tubarões do transporte desejam que a população continue usando sucatas com mais de 10 anos rodando e maltratando os usuários.

Os magnatas dos transportes não querem que o prefeito Edivaldo Holanda Junior (PDT) faça a licitação, um fato histórico que vai transformar o sistema de transporte coletivo de São Luís e democratizar a concorrência de quem deseja fornecer o serviço na capital.

Em nota, Roseana se defende do que não é acusada para jogar a culpa em Ricardo Murad

06/05/2016 05:14:21

Roseana e Ricardo Murad, acompanhados do então presidente da Assembleia, Arnaldo Melo, e do vice governador, Washington Luís, durante o lançamento do Saúde é Vida

Roseana Sarney é sempre Roseana Sarney, e dane-se o resto.

O seu instinto de sobrevivência sobrepõe-se a qualquer valor ético, que minimamente possa garantir uma firmeza de caráter diante das adversidades da vida, sem que seja capaz de tudo para sobreviver.

No primeiro sinal de tempestade, é a primeira a pular do barco!

Assim como fez com o PT, Lula e Dilma, depois de doze anos de bonança, ela agora faz com o seu cunhado, o ex-secretário de saúde, Ricardo Murad.

Acusada pelo Ministério Público, em ação aceita pela Justiça, de associação criminosa para desviar recursos da Saúde, Roseana se defende transferindo para Ricardo a responsabilidade pelos crimes denunciados, afirmando que em "nenhum momento autorizou despesas ou interferiu administrativamente no caso que está sendo investigado".

O problema é que o MP não a acusa de ordenar despesas ou de interferir nas decisões "mirabolantes" de Murad para beneficiar empresas "amigas" nas obras dos 64 hospitais de 20 leitos.

O promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa, autor da denúncia, diz que o ex-secretário e seus substitutos e sucessores, se reportavam diretamente à ex-governadora, nos termos do art. 54 da Constituição Estadual, ocasionando solidariedade entre os gestores.

Ainda na acusação, Lindonjonson aponta que as transações e transferências de recursos para as empresas contratadas sem licitação, no montante de R\$ 57 milhões, serviram para abastecer sua campanha eleitoral e seu partido, em 2010, na quantia de R\$ 1.950.000,00.

De acordo com o art. 21 da lei 9504/1997, ela é a responsável pelas "doações" recebidas na sua campanha.

Além disso, o promotor ressaltou que Roseana encabeçou, na condição do cargo que ocupava, os atos de divulgação das obras, inaugurações e ampla campanha publicitária pré-eleitoral, pondo os negócios dos hospitais em grande quantidade, como atos administrativos de seu governo.

Na nota divulgada por sua assessoria, ela não se defende dessas acusações, e como sempre, igual a todo político inocente, diz que tudo não passa de perseguição política.

E Ricardo Murad que se vire!

Assista a propaganda do governo sobre o Saúde é Vida e uma reportagem sobre a inauguração de um hospital de 20 leitos em Maracaçumé

Leia a nota da assessoria de Roseana sobre a acusação do Ministério Público

FRAUDES MILIONÁRIAS NA SAÚDE: JUSTIÇA ACEITA DENÚNCIA E ROSEANA SARNEY E RICARDO MURAD VÃO RESPONDER PROCESSO**06/05/2016 06:01:53**

?

Mais uma vez o blog sai na frente, adianta uma informação e dias depois se confirma.

O juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, da 7ª Vara Criminal de São Luís, aceitou a denúncia encaminhada pelo Ministério Público contra Roseana Sarney, Ricardo Murad e mais 14 pessoas entre funcionários públicos e empreiteiros, por desvios de verbas destinadas a saúde do Maranhão.

Do Marrapá

De acordo com o promotor público, Lindonjonson Gonçalves de Sousa, autor da denúncia, os recursos foram desviados do Programa Saúde é Vida e da construção de 64 unidades hospitalares em municípios do interior do Maranhão que consumiram entre 2009 e 2010 cerca de R\$ 151 milhões.

A ex-governadora e o ex-secretário são acusados pelos crimes de dispensa de licitação, fraude de licitação, peculato, falsidade ideológica e associação criminosa.

As fraudes foram cometidas, segundo a denúncia "com a finalidade de enriquecimento às custas de verbas da saúde pública, bem como financiamento de campanhas eleitorais, quais sejam as campanhas da ex-governadora e do ex-secretário".

Das 17 pessoas denunciadas pelo MP, apenas o nome de Marcelina Sofia Costa Leite, foi excluído do processo. Segundo o juiz, "não há elementos indiciários de que tenha recebido recebimento de recursos públicos".

Contra Ricardo Murad, o magistrado justificou que como secretário de Saúde, era responsável por ordenar as despesas e por pactuar com a contratação das empresas responsáveis pelas obras dos 64 hospitais.

Já sobre Roseana, a justiça ressaltou que as transações e transferências de recursos para empresas contratadas sem licitação serviram para financiar a campanha eleitoral do PMDB ao Governo do Estado. "As transações de recursos para as empresas contratadas sem licitação, se destinaram para financiar sua campanha eleitoral e seu partido, no pleito de 2010, na quantia de R\$1.950.000,00".

Agora todos os denunciados vão ser citados nominalmente e depois a justiça vai dar um prazo de dez dias para que apresentem defesa das acusações.

Confira a lista dos denunciados:

Antônio Barbosa Alencar e Mirella Palácio de Alencar, sócios representantes legais da empresa Dimensão Engenharia e Construção Ltda.,

Antônio Gualberto Barbosa Belo, Secretário Adjunto de Saneamento da Secretaria de Saúde,

Antônio José Oliveira Neto, sócio representante legal da empresa Geotec Construções e Projetos

Delci Aparecida Toledo M. Nepomuceno da Silva e Jefferson Nepomuceno da Silva, sócios da Empresa JNS Canaã Construção e Paisagismo Ltda.

Fernando Neves Costa e Silva, Secretário Adjunto da Administração e Finanças.

Gardênia Baluz Couto, Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Saúde.

José Marcio Soares Leite, Secretário adjunto de saúde.

José Orlando Soares, sócio da empresa Soares Leite.

Osório Guterres de Abreu, sócio representante legal da empresa Guterres Construções e Comércio Ltda.

Osvaldino Martins de Pinho, proprietário da empresa Lastro Engenharia e Incorporações e Industria Ltda.

Ricardo Jorge Murad, ordenador de despesas, como Secretário de Estado de Saúde.

Rosane Campos da Silva Melo, Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Saúde.

Roseana Sarney Murad, ex-governadora do Estado.

Sergio Sena de Carvalho, gestor do fundo estadual de saúde, coordenador de despesas da Secretaria da Saúde.

Decisão Judicial mantém validade do Concurso de professor do Estado do Maranhão

03/05/2016 00:00:00

Maranhão tem fama de ser político hesitanteNo MA, dos 361 beneficiados com saída temporária, 15 foram impedidos

Motivo dos impedimento foram novas ordens judiciais, segundo a Seap.

Prazo para retorno dos internos ao sistema até às 18h de quarta-feira (11).

Do G1 MA

FACEBOOK

Dos 361 detentos beneficiados com a saída temporária do Dia das Mães concedida pela 1ª Vara de Execuções Penais (VEP) na manhã dessa quinta-feira (5), 346 eferivamente saíram. A informação é da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap). O motivo, segundo o órgão, dos 15 impedimentos foram novas ordens judiciais.

A Portaria nº 14/2016 assinada pela juíza Ana Maria Almeida Vieira determina o retorno dos internos ao sistema prisional até às 18h de quarta-feira (11). Os que não retornarem até o fim do prazo, passam a ser considerados foragidos da Justiça.

Durante a liberação os condenados não poderão se ausentar do estado, informou a Justiça. Eles deverão se recolher às suas residências até as 20h, não podem ingerir bebida alcóolica, portar armas ou frequentar festas, bares ou similares.

No feriado da Páscoa 351 presos foram beneficiados. No Dia das Mães do ano passado, o benefício foi concedido a 262 presos. O critério para a concessão da saída temporária, segundo a Lei de Execuções Penais, é o comportamento adequado do preso, cumprimento mínimo de 1/6 da pena, se primário, e 1/6 se reincidente, e compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

Justiça aceita denúncia contra a ex-governadora Roseana Sarney

Roseana, o ex-secretário de saúde e outras 14 pessoas estão no processo. Eles são acusados de fraudar licitações e superfaturar obras de hospitais.

Roseana Sarney será submetida a cirurgia para retirada de nódulo (Foto: Biaman Prado / O Estado)

A Justiça do Maranhão aceitou uma denúncia do Ministério Público do Maranhão (MPMA) contra a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB), o ex-secretário de Saúde Ricardo Murad (PMDB) e outras 14 pessoas. Eles são acusados de fraudar licitações e superfaturar obras de 64 hospitais de baixa complexidade construídos no Maranhão para financiar a campanha eleitoral de 2010.

Segundo o promotor de Justiça Lindonjonson Gonçalves de Souza, o estado do Maranhão abriu uma licitação dividida em seis lotes para escolher as construtoras que seriam responsáveis pelas obras dos hospitais.

Na metade do processo, a comissão de licitação da Secretaria da Saúde teria julgado a licitação deserta, e convidou três outras construtoras, o que caracterizaria Fraude de Licitações prevista no Art. 90 da Lei 8666/93. O valor destinado a esta segunda etapa do processo foi de R\$ 57 milhões.

O MPMA também disse que as empresas foram contratadas sem a apresentação de um projeto base que deveria conter, entre outras informações, uma estimativa de custos e uma análise geológica do solo. No ano seguinte, houve uma aditivação nos contratos que injetou aproximadamente mais R\$ 5 milhões em cada hospital. saiba mais

O promotor argumentou ainda que algumas das construtoras fizeram doações equivalentes a 5% do valor da licitação para a campanha de Roseana Sarney no pleito de 2010, totalizando aproximadamente R\$ 1,9 milhões.

O ex-secretário Ricardo Murad é acusado de participar do esquema uma vez que tinha responsabilidade solidária sobre as decisões do governo referentes à área da saúde devido ao cargo que ocupava.

Em nota, a ex-governadora Roseana Sarney disse que nunca foi ouvida sobre a questão e que a denúncia é genérica, sem nenhum fato específico imputado contra ela. Apenas a coautoria pelo fato de ser governadora à época.

Roseana Sarney disse ainda que sempre agiu dentro da lei e em nenhum momento autorizou despesas ou interferiu administrativamente no caso que está sendo investigado. A ex-governadora encerrou a nota dizendo que esta é uma ação movida por quem sempre atuou com métodos de perseguição política contra ela.

"O fato da ação ter sido provocada por políticos que sempre fizeram oposição a mim me dá a certeza de que se trata de mais uma perseguição, mas isso não me intimidará. Não tenho medo e irei me defender de mais uma injustiça", disse a ex-governadora.

Já o ex-secretário de Saúde Ricardo Murad não comentou a decisão porque está de licença médica e ainda se recupera de uma cirurgia cardíaca.

Processada, Roseana Sarney se diz injustiçada e perseguida

Em resposta à denúncia feita pelo MP ex-governadora Roseana Sarney se defendeu dizendo que nunca autorizou gastos no caso investigado

Por: João Carvalho Jr

Data: 06 de Maio de 2016 | Atualizada em 06/05/2016 - 10h44min

A ex-governadora do Estado, Roseana Sarney, se manifestou sobre a denúncia feita pelo Ministério Público Estadual, acolhida e transformada em processo, onde ela é citada como ré. Ela se defende dizendo que nunca autorizou gastos no caso investigado.

De acordo com a assessoria de Roseana, ela não foi procurada por nenhum órgão investigador para dar explicações sobre os possíveis desvios de verbas públicas na área da saúde, que afetaram o programa 'Saúde é Vida'. "A ex-governadora Roseana Sarney nunca foi ouvida sobre a questão. Trata-se de uma denúncia genérica, sem nenhum fato específico imputado contra ela, que foi incluída entre 16 pessoas como coautora apenas por ser governadora".

A assessoria diz ainda que a ex-governadora está tranquila quanto ao caso, por entender que não cometeu nenhuma ilegalidade. "Roseana Sarney tem a consciência serena de quem sempre agiu dentro da lei e em nenhum momento autorizou despesas ou interferiu administrativamente no caso que está sendo investigado".

A nota enviada pela assessoria conclui dizendo que o caso trata-se de mais 'uma perseguição política' à ex-governadora. "Esta é mais uma ação movida por quem sempre atuou com métodos de perseguição política." "O fato da ação ter sido provocada por integrantes de partido, como o PCdoB, e por políticos que sempre fizeram oposição a mim, me dá a certeza de que se trata de mais uma perseguição. Mas isso não me intimidará. Não tenho medo e irei me defender de mais uma injustiça", declarou Roseana Sarney.

Outros envolvidos

A reportagem de O Imparcial buscou contato de todos os outros citados. Dos servidores, nenhum deles tem mais vínculos com a Secretaria de Estado da Saúde. Buscamos outras formas de contato, como busca telefônica, mas todos os números apontados para os referidos envolvidos não completavam chamadas.

Já o ex-secretário de Estado da Saúde, Ricardo Murad, não se pronunciou. Segundo a assessoria, não foi possível conseguir declarações sobre o assunto.

As empresas envolvidas também foram procuradas. A Lastro Engenharia Incorporações e Indústria foi a primeira a ser procurada e também a responder. Segundo interlocutores da empresa, o presidente da empresa, Osvaldino Martins de Pinho, está em viagem e somente ele responderá sobre o assunto. Os sócios da Dimensão Engenharia e Construção Ltda, Antonio Barbosa Alencar e Mirella Palácio de Alencar, não estavam no escritório central. Segundo o Departamento de Marketing da empresa, existem vários escritórios da Dimensão em São Luís, mas nenhum dos sócios apareceu em qualquer escritório.

O processo

No processo aberto pelo juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, da 7ª Vara Criminal, ele cita 16 pessoas, entre eles, políticos, empreiteiros, empresários e servidores públicos.

A tipificação do crime imputado a cada um varia de acordo com a suposta ação desempenhada. Alguns dos crimes em que podem ser enquadrados são peculato, falsidade ideológica e formação de quadrilha.

Nota da assessoria de Roseana Sarney

A ex-governadora Roseana Sarney nunca foi ouvida sobre a questão. Trata-se de uma denúncia genérica, sem nenhum fato específico imputado contra ela, que foi incluída entre 16 pessoas como co-autora apenas por ser governadora.

Roseana Sarney tem a consciência serena de quem sempre agiu dentro da lei e em nenhum momento autorizou despesas ou interferiu administrativamente no caso que está sendo investigado.

Esta é mais uma ação movida por quem sempre atuou com métodos de perseguição política.

Processada, Roseana Sarney se diz injustiçada e perseguida

A ex-governadora do Estado, Roseana Sarney, se manifestou sobre a denúncia feita pelo Ministério Público Estadual, acolhida e transformada em processo, onde ela é citada como ré. Ela se defende dizendo que nunca autorizou gastos no caso investigado.

De acordo com a assessoria de Roseana, ela não foi procurada por nenhum órgão investigador para dar explicações sobre os possíveis desvios de verbas públicas na área da saúde, que afetaram o programa 'Saúde é Vida'. "A ex-governadora Roseana Sarney nunca foi ouvida sobre a questão. Trata-se de uma denúncia genérica, sem nenhum fato específico imputado contra ela, que foi incluída entre 16 pessoas como coautora apenas por ser governadora".

A assessoria diz ainda que a ex-governadora está tranquila quanto ao caso, por entender que não cometeu nenhuma ilegalidade. "Roseana Sarney tem a consciência serena de quem sempre agiu dentro da lei e em nenhum momento autorizou despesas ou interferiu administrativamente no caso que está sendo investigado". A nota enviada pela assessoria conclui dizendo que o caso trata-se de mais 'uma perseguição política' à ex-governadora. "Esta é mais uma ação movida por quem sempre atuou com métodos de perseguição política."

"O fato da ação ter sido provocada por integrantes de partido, como o PCdoB, e por políticos que sempre fizeram oposição a mim, me dá a certeza de que se trata de mais uma perseguição. Mas isso não me intimidará. Não tenho medo e irei me defender de mais uma injustiça", declarou Roseana Sarney.

Outros envolvidos

A reportagem de O Imparcial buscou contato de todos os outros citados. Dos servidores, nenhum deles tem mais vínculos com a Secretaria de Estado da Saúde. Buscamos outras formas de contato, como busca telefônica, mas todos os números apontados para os referidos envolvidos não completavam chamadas.

Já o ex-secretário de Estado da Saúde, Ricardo Murad, não se pronunciou. Segundo a assessoria, não foi possível conseguir declarações sobre o assunto.

As empresas envolvidas também foram procuradas. A Lastro Engenharia Incorporações e Indústria foi a primeira a ser procurada e também a responder. Segundo interlocutores da empresa, o presidente da empresa, Osvaldino Martins de Pinho, está em viagem e somente ele responderá sobre o assunto. Os sócios da Dimensão Engenharia e Construção Ltda, Antonio Barbosa Alencar e Mirella Palácio de Alencar, não estavam no escritório central. Segundo o Departamento de Marketing da empresa, existem vários escritórios da Dimensão em São Luís, mas nenhum dos sócios apareceu em qualquer escritório.

O processo

No processo aberto pelo juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, da 7ª Vara Criminal, ele cita 16 pessoas, entre eles, políticos, empreiteiros, empresários e servidores públicos.

A tipificação do crime imputado a cada um varia de acordo com a suposta ação desempenhada. Alguns dos crimes em que podem ser enquadrados são peculato, falsidade ideológica e formação de quadrilha.

Nota da assessoria de Roseana Sarney

A ex-governadora Roseana Sarney nunca foi ouvida sobre a questão. Trata-se de uma denúncia genérica, sem nenhum fato específico imputado contra ela, que foi incluída entre 16 pessoas como co-autora apenas por ser governadora.

Roseana Sarney tem a consciência serena de quem sempre agiu dentro da lei e em nenhum momento autorizou despesas ou interferiu administrativamente no caso que está sendo investigado.

Esta é mais uma ação movida por quem sempre atuou com métodos de perseguição política.

Assessoria de Roseana Sarney

Substituto de Cunha, Waldir Maranhão também é investigado na Lava Jato

Com o afastamento de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) de seu mandato como deputado federal imposto pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a partir desta quinta-feira (5/5), quem assume o comando da Câmara dos Deputados é o primeiro vice-presidente da Casa, o parlamentar Waldir Maranhão (PP-MA).

Maranhão, considerado aliado de Cunha, foi alvo de holofotes recentemente após votar contra o prosseguimento do processo de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Isso porque Waldir mudou de voto em cima da hora, contrariando a orientação nacional do PP. Devido à atitude, o deputado foi destituído da presidência do diretório estadual do partido no Maranhão.

Em sua trajetória política, Waldir Maranhão está em seu terceiro mandato como deputado federal. Ele também é alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. O parlamentar foi citado por Alberto Youssef como um dos deputados do PP beneficiados por propinas de contratos da Petrobras.

Waldir Maranhão é citado, ainda, em inquéritos que apuram crime de lavagem de dinheiro no esquema investigado pela Operação Miqueias da Polícia Federal, que trata de desvio de recursos de fundos de pensão e lavagem de dinheiro.

Pendências

Maranhão também traz no currículo outros questionamentos judiciais e eleitorais. Em 2010, teve rejeitada a prestação de contas referente às eleições para deputado federal por recebimento de recurso de fonte não identificada. Recorreu da decisão, mas perdeu, de acordo com informações do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA).

Ainda no TRE-MA, o deputado responde a uma representação movida pelo Ministério Público Eleitoral por captação ilícita de recursos. O processo corre em sigilo. Já no Tribunal de Justiça do Maranhão, o agora presidente interino da Câmara responde a ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual.

Tribuna da Bahia

Roseana Sarney, Ricardo Murad e mais 14 viram réus por denúncias de desvio de verbas

O juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, da 7ª Vara Criminal de São Luís, aceitou a denúncia encaminhada pelo Ministério Público contra Roseana Sarney, Ricardo Murad e mais 14 pessoas entre funcionários públicos e empreiteiros, por desvios de verbas destinadas a saúde do Maranhão.

Reforma do Fórum de São Domingos do Maranhão expõe servidores à riscos de acidentes de trabalho

6/05/2016 | 17:25

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (SINDJUS-MA) recebeu nesta quarta-feira (4) denúncia dos servidores da comarca de São Domingos do Maranhão sobre a reforma que está sendo realizada no Fórum daquele município distante 386 quilômetros de São Luís.

Segundo relatado à imprensa do SINDJUS-MA, a reforma que começou pelo Salão do Júri está sendo feita com os servidores dentro das dependências do prédio, o forro de PVC está parcialmente retirado e com as chuvas a mobília e equipamentos estão sendo transportados pelos servidores para que não sofram avarias. "A situação está caótica. Estamos trabalhando em um local que não nos oferece a mínima segurança. O prédio está sem forro bem ao lado da área que estamos trabalhando. E estamos correndo riscos, porque a impressão que temos é que aquilo pode desabar a qualquer momento", disse a técnica judiciária, Abgail Batista.

A reforma que já dura mais de um mês, não tem previsão de término, pelos menos, os servidores não foram informados sobre o assunto. "Fomos informados de que seríamos transferidos para o Salão do Júri que ainda está em reforma, não temos condição de ficar trabalhando num local com barulhos de obra freqüentes e utilizar um banheiro que está alagando pelo forro", declarou Abgail Batista.

O juiz titular da comarca, Dr. Clênio Lima Côrrea, está de férias e a juíza da 1ª Vara de Presidente Dutra, Gláucia Helen Maia de Almeida está respondendo pela comarca, porém a magistrada ainda não se apresentou na unidade jurisdicional. "Estamos aguardando a Dra. Gláucia, mas também, estamos imaginando ela vir, porque não há lugar para ela ficar. Não temos hoje local para realizar nem audiências, nem para sessões do Júri", comentou a técnica judiciária.

O SINDJUS-MA mediante a situação dos servidores do Fórum de São Domingos do Maranhão, encaminhará ofício junto à Diretoria Geral do Tribunal de Justiça apresente as medidas que serão tomadas sobre o caso. A diretoria do Sindicato está avaliando a possibilidade de uma visita a Comarca "Iremos tomar as medidas cabíveis para assegurar a integridade física e as condições de trabalho adequadas aos servidores, é inadmissível que eles sejam forçados a desempenhar suas atividades laborais em um local insalubre", declarou o presidente em exercício do SINDJUS-MA, Márcio Luis.

Resposta do Tribunal de Justiça

Nesta sexta-feira 06/05, o Sindicato dos Servidores da Justiça-SINDJUS/MA representado pelos diretores Márcio Luís, Artur Filho e George dos Santos estiveram reunidos com a diretoria geral do Tribunal de Justiça-TJMA para tratar do caso.

A diretora geral, Isabel Parga, durante a reunião acordou com o SINDJUS-MA que será acionado o setor de engenharia para verificar o andamento da obra, e que de acordo com a análise irá ver a possibilidade de alugar outro prédio para remanejamento dos servidores.

O sindicato já protocolou um requerimento pelo Digidoc para formalizar o processo. Veja aqui.

SINDJUS-MA defende prioridade de pagamento para as perdas inflacionárias

5/05/2016 | 18:02

O SINDJUS-MA entende que o TJ-MA deve cumprir o seu entendimento sobre a prioridade de pagamento das perdas inflacionárias sob o índice de 6,3%. A garantia deste pagamento foi pauta da greve geral de 2015 da categoria. O SINDJUS-MA entende que o TJ-MA deve cumprir o seu entendimento sobre a prioridade de pagamento das perdas inflacionárias sob o índice de 6,3%. A garantia deste pagamento foi pauta da greve geral de 2015 da categoria.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Cleones Cunha divulgou no site do Poder Judiciário que foi viabilizada a suplementação orçamentária para pagamento da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) e para garantir a folha salarial.

Segundo a informação do site do TJ-MA, o pagamento da GPJ será feito de forma escalonada, nos meses de: julho, agosto e setembro. O montante para o pagamento que era para ter sido realizado em janeiro deste ano, é de R\$ 18 milhões.

A GPJ é uma gratificação transitória, logo não incorpora aos vencimentos dos servidores da Justiça, além de alcançar apenas aqueles que cumpriram as metas de produtividade pré-estabelecida pelo TJ-MA. "Nos causou estranheza quando vimos que a suplementação liberada pelo governador Flávio foi para pagamento da GPJ, uma vez que a prioridade das negociações, segundo informou o desembargador Cleones Cunha seriam as perdas inflacionárias de 2014.", comentou o presidente em exercício do SINDJUS-MA, Márcio Luis.

O SINDJUS-MA defende que todas as pendências financeiras do Tribunal com os servidores sejam quitadas. Porém, entende que deva haver uma ordem de prioridade, um critério adotado pela presidência do TJ e pelo Governo do Estado. As perdas inflacionárias sob o índice de 6,3% são uma garantia constitucional, ao serem pagas serão incorporadas aos vencimentos dos servidores, tanto para fins previdenciários, quanto para demais vantagens recebidas pelos servidores. "Queremos chamar a atenção dos servidores para a necessidade de garantir o pagamento das perdas inflacionárias em primeiro lugar. Porque elas alcançam um número maior de servidores, além de garantir a incorporação do índice nos vencimentos. A diferença do montante necessário para pagamento das perdas e da GPJ é de 8 milhões de reais, o que em um escalonamento pode ser suportado pelo Governo do Estado ", esclareceu Márcio Luís.

As perdas inflacionárias nas primeiras reuniões realizadas entre o SINDJUS-MA e o presidente do TJ-MA para tratar sobre o assunto, eram defendidas como sendo a prioridade do Tribunal após a garantia da folha salarial nos atuais valores. Tanto que anunciou, após a entrega do pedido de suplementação para o governador Flávio acontecido em 16 de março, que assim que o orçamento fosse suplementado, a primeira medida era o pagamento das perdas inflacionárias (veja aqui).

"Não conseguimos compreender o que mudou no entendimento do Tribunal de Justiça, porque como nos foi garantido em reuniões com a Administração do Tribunal, as perdas inflacionárias era a prioridade após se garantir o cumprimento da folha salarial. A categoria também está se perguntando porque o TJ-MA concordou com o pagamento da GPJ, em detrimento, ao pagamento das perdas inflacionárias que os servidores esperam desde 2014, além, do que esse é um percentual que irá se incorporar e garantirá a recuperação de parte das perdas salariais que já chega a 20 %, acumulados desde 2014 até o momento", declarou o secretário de Imprensa, Artur Filho.

Na próxima segunda-feira (9), o SINDJUS-MA, a Federação Nacional dos Servidores do Judiciário (FENAJUD) e a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSBP) participarão de uma audiência com o desembargador Cleones Cunha, na ocasião irão ser tratados sobre todas as pautas pendentes de solução pelo TJ-MA e que envolvam os servidores. como as perdas inflacionárias e as consequências de uma possível mudança do turno de trabalho que poderá ocasionar a redução de salários. Após, a audiência a diretoria do Sindicato irá divulgar uma data para convocação dos servidores para Assembleia Geral com participação da FENAJUD e CSPB.

Justiça aceita denúncia contra Roseana e mais 15 por fraude na saúde do MA

A Justiça do Maranhão aceitou denúncia contra a ex-senadora e ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB); contra o cunhado dela, Ricardo Murad (PMDB); e mais 14 pessoas.

Todos se tornaram réus de ação proposta pelo MPE (Ministério Público Estadual) em fevereiro denunciando organização criminosa para fraude em licitação e desvio de recursos para construção e reforma de hospitais no Maranhão. Além de possível enriquecimento ilícito, Sarney e aliados teriam recebido doações generosas das empresas vencedoras da licitação em campanhas eleitorais.

Segundo a denúncia, houve superfaturamento no preço de obras em 64 hospitais. Cinco empreiteiras e seus proprietários foram alvo da denúncia. As fraudes teriam ocorrido em 2009 e 2010.

FÓRUM DE SANTA INÊS TEM AGORA ESPAÇO DEDICADO À CONCILIAÇÃO

Trata-se de um novo espaço de conciliação e Vivência com mesa, salão, computador à disposição dos servidores, do Ministério Público e advogados, para que possam se sentar e conversar de modo a alcançar uma solução amigável no processo judicial. Essa é a proposta do Fórum Desembargador João Miranda Sobrinho de Santa Inês que inaugurou na sexta-feira (5) uma sala de conciliação e outra de vivência em dependências. A solenidade de inauguração contou com a presença da juíza da 1ª Vara, Denise Milhomem, do vigário da Matriz de Santa Inês, Ivo José Ritter, da presidente da OAB de Santa Inês, Karine Sarmento, de advogados, servidores e imprensa. O descerramento das placas foi feito pela juíza, servidores e advogados. “Sendo nossa missão, a promoção da paz social, nada mais coerente do que investirmos em estruturas que sustentem a harmonia e preservem as relações sociais, ameaçadas, diariamente, pelas divergências, disputas e conflitos. As novas instalações oferecem um local moderno, acolhedor, com profissionais preparados. Com maior capacidade para conciliar e mediar de forma célere e justa, e quem ganha com isso é o cidadão”, disse a juíza Denise. Os servidores que realizarão a conciliação terão uma ajuda extra, através de uma parceria com o IFMA, alunos do curso de Administração estarão estagiando, com intuito de estimular a participação ativa da sociedade no processo judicial, além de dar maior acesso à linguagem jurídica aos alunos que tenham o desejo de realizar estágio supervisionado em suas dependências. Os baixos custos para os envolvidos, a menor duração do processo e o bom número de casos que obterão soluções satisfatórias são os principais motivadores desta iniciativa. Após a benção do Padre Ivo na inauguração das salas, foi oferecido um coffee break aos convidados e já iniciando a primeira conciliação na sala.

Justiça nega benefício de saída a 15 presos no Dia das Mães

05/05/2016 00:00:00

Dos 361 que ganharam o direito, apenas 346 saíram nesta quinta-feira, já que 15 foram impedidos por causa de novas ordens judiciais

346 presos do Complexo de Pedrinhas saíram com o benefício do Dia das Mães

SÃO LUÍS - A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) informou, por meio de nota, que dos 361 detentos beneficiados com a saída temporária do Dia das Mães, concedida pela Justiça, na manhã desta quinta-feira (05), apenas 346 saíram efetivamente, já que 15 foram impedidos por haver novas ordens judiciais. O retorno dos internos ao sistema prisional deverá ocorrer até às 18h de quarta-feira (11), prazo este determinado pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Ana Maria Almeida Vieira, por meio da Portaria 014/2016, que prevê pena de regressão de regime, para os internos que descumpri-la.

Segundo o Poder Judiciário, nas cinco saídas temporárias de 2015, 234 apenados não retornaram aos presídios da Região Metropolitana de São Luís e são considerados foragidos da Justiça.

A Vara de Execuções Penais já informou a Sejap, a Superintendência da Polícia Federal, Superintendência da Polícia Rodoviária Federal e a direção dos estabelecimentos penais da Comarca da Ilha de São Luís sobre esta saída temporária para o dia das mães.

Essa portaria determina também que os apenados beneficiados deviam seguir algumas normas quando estivessem do lado de fora do presídio como: não ingerir bebidas alcoólicas, não portar armas e não frequentar bares, festas e/ou similares. O recolhimento deles às respectivas residências deviam acontecer até as 20h. FONTE: iMIRANTE.COM

Segmentos de Justiça iniciam discussão de metas do Judiciário para 2017

05/05/2016 - 13h23 Compartilhar no Facebook Tweetar no Twitter 1ª Reunião Preparatória ao 10º Encontro Nacional do Judiciário. Foto: Gil Ferreira Agência CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou, nesta quarta-feira (4/5), a discussão sobre as metas do Judiciário para 2017 com magistrados e gestores dos diferentes ramos de Justiça. As reuniões setoriais ocorreram durante a 1ª Reunião Preparatória ao 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Esta é a primeira vez que as metas são abordadas ainda no primeiro semestre – o objetivo é que as discussões sejam levadas ao conhecimento das respectivas cortes antes da 2ª Reunião Preparatória, a se realizar no segundo semestre.

Participaram das reuniões os integrantes da Rede de Governança Colaborativa (Resolução CNJ n. 138/2013). Cada ramo de Justiça teve espaço próprio para debates. A sala da Justiça Estadual apresentou diversas propostas de redesenho de metas, entre elas, a sugestão de alinhamento com resoluções e diagnósticos produzidos pelo CNJ para garantir maior efetividade. Os participantes também defenderam que as metas estejam associadas a iniciativas estruturantes, especialmente para os magistrados de primeiro grau – eles lembraram que os resultados das metas na primeira instância estão historicamente abaixo dos resultados do segundo grau.

A partir das diferenças entre regiões e estados, foi sugerida a customização de metas domésticas ou regionais alinhadas a estratégias do CNJ, ou ainda a adoção de metas segundo o porte dos tribunais, a exemplo da divisão que já ocorre com o relatório Justiça em Números. Os participantes ainda defenderam maior presença da direção dos tribunais nas reuniões preparatórias para que tomem ciência do processo de formulação das metas a partir das necessidades trazidas pelos representantes da Rede de Governança Colaborativa.

Mediando os debates da Justiça Estadual, o conselheiro Norberto Campelo pontuou que as ações voltadas ao planejamento são ainda muito recentes no Poder Judiciário brasileiro, e que o CNJ busca acertar ao abrir o debate democrático sobre a melhor forma de intervenção. “A intenção do CNJ é integrar cada vez mais os juízes e os tribunais. Ontem, o presidente Ricardo Lewandowski deu o tom dessa política, dizendo que não importa o cargo, todos são magistrados. E que a Justiça deve ter um padrão único de excelência em todo o Brasil, mas respeitando a autonomia dos tribunais”, completou.

Desafios de conjuntura – Em mesa presidida pelos conselheiros Gustavo Alkmim e Carlos Eduardo Dias, o segmento da Justiça do Trabalho propôs que as novas metas levem em conta desafios de conjuntura como o corte de gastos e o aumento da demanda. Os participantes sugeriram maior participação dos magistrados no processo de efetivação das metas e a troca do parâmetro de produtividade por outros sistemas de apuração qualitativa e estrutural.

Na reunião da Justiça Federal, os participantes fizeram possíveis projeções de atualização a partir dos seis objetivos definidos em 2016, sob a coordenação do conselheiro Fernando Mattos. Na Justiça Eleitoral, assim como na Justiça Militar (mediada pelo conselheiro Luiz Cláudio Allemand), também houve o movimento de atualização das metas de 2016 para o próximo ano, respeitadas adaptações às peculiaridades de cada segmento.

Juiz monitora colocação de tornozeleiras em presos do regime aberto

05/05/2016 - 15h31

O juiz Elismar Marques, titular da 3ª Vara de Timon, acompanhou a colocação de equipamento de monitoração eletrônica em detentos da comarca. Um total de 21 presos recebeu a tornozeleira eletrônica, em trabalho coordenado pela Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap-MA). Servidores da secretaria estiveram na comarca no último dia 8 de abril realizando a instalação dos equipamentos. Receberam a tornozeleira presos em regime aberto das três Varas Criminais de Timon com direito à liberdade assistida.

Todo o trabalho foi acompanhado in loco pelo juiz Elismar Marques, responsável pelas execuções penais em Timon, e pelo defensor público Cícero Sampaio, além de João da Luz Aroucha, chefe do Núcleo de Monitoramento da Sejap-MA, que coordenou os serviços junto aos apenados. De acordo com o magistrado, foram instaladas 21 tornozeleiras. “Elas permitirão a fiscalização do cumprimento de condições impostas aos condenados que cumprem pena no regime aberto. O monitoramento é feito via GPS, ficando o juiz e monitores de fiscalização sabendo a posição geográfica dos condenados em tempo real”, observou.

Fonte: CGJ-MA

Dos 361 beneficiados com saída temporária, 15 foram impedidos

06/05/2016 09:38:07

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) informa que dos 361 detentos beneficiados com a saída temporária do Dia das Mães, concedida pela Justiça, na manhã desta quinta-feira (05), 346 saíram efetivamente, já que 15 foram impedidos por haver novas ordens judiciais. O retorno dos internos ao sistema prisional deverá ocorrer até às 18h de quarta-feira (11), prazo este determinado pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Ana Maria Almeida Vieira, por meio da Portaria 014/2016, que prevê pena de regressão de regime, para os internos que descumpri-la.

Desembargador João Santana responde pelo plantão até domingo

06/05/2016 10:56:34

O desembargador João Santana é o plantonista do TJMA (Foto: Ribamar Pinheiro)

O desembargador João Santana, responde pelo plantão judiciário de 2º grau até domingo (8). Durante o plantão, são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Joseli Nascimento e Aluísio Alves Junior, que atenderão pelo número (98) 98815-8344. Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento das ações ao desembargador de plantão.

HORÁRIO - Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados - inclusive os de ponto facultativo - entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Justiça aceita denúncia contra a ex-governadora Roseana Sarney

A Justiça do Maranhão aceitou uma denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual (MPMA) contra a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB), o ex-secretário de Saúde Ricardo Murad e outras 14 pessoas, entre elas servidores públicos e representantes de construtoras, por irregularidades na construção de hospitais.

Justiça aceita denúncia contra Roseana Sarney e Ricardo Murad

Entre as denúncias, o MPMA alega que foram adquiridos terrenos para a construção de hospitais com valor superfaturado e com fraude no processo licitatório. A ação penal acusa o ex-secretário Ricardo Murad de compactuar com as fraudes nos contratos devido ao cargo que ocupava, sendo, então, solidariamente responsável. O MPMA também alega que o dinheiro proveniente da fraude, no valor de R\$1,9 milhões, foi usado para financiar a reeleição da ex-governadora Roseana Sarney no pleito de 2010.

Em nota, a ex-governadora Roseana Sarney disse que nunca foi ouvida sobre a questão e que a denúncia é genérica, sem nenhum fato específico imputado contra ela, apenas a coautoria pelo fato de ser governadora à época. Roseana Sarney disse ainda que sempre agiu dentro da lei e em nenhum momento autorizou despesas ou interferiu administrativamente no caso que está sendo investigado.

A ex-governadora encerrou a nota dizendo que esta é mais uma ação movida por quem sempre atuou com métodos de perseguição política. "O fato da ação ter sido provocada por políticos que sempre fizeram oposição a mim me dá a certeza de que se trata de mais uma perseguição, mas isso não me intimidará. Não tenho medo a irei me defender de mais uma injustiça", disse.

Já o ex-secretário de Saúde Ricardo Murad não comentou a decisão porque está de licença médica e ainda se recupera de uma cirurgia cardíaca.

(G1)

Juiz monitora colocação de tornozeleiras em presos do regime aberto

Publicado por Conselho Nacional de Justiça - 1 dia atrás

O juiz Elismar Marques, titular da 3ª Vara de Timon, acompanhou a colocação de equipamento de monitoração eletrônica em detentos da comarca. Um total de 21 presos recebeu a tornozeleira eletrônica, em trabalho coordenado pela Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap-MA). Servidores da secretaria estiveram na comarca no último dia 8 de abril realizando a instalação dos equipamentos. Receberam a tornozeleira presos em regime aberto das três Varas Criminais de Timon com direito à liberdade assistida. Todo o trabalho foi acompanhado in loco pelo juiz Elismar Marques, responsável pelas execuções penais em Timon, e pelo defensor público Cícero Sampaio, além de João da Luz Aroucha, chefe do Núcleo de Monitoramento da Sejap-MA, que coordenou os serviços junto aos apenados. De acordo com o magistrado, foram instaladas 21 tornozeleiras. “Elas permitirão a fiscalização do cumprimento de condições impostas aos condenados que cumprem pena no regime aberto. O monitoramento é feito via GPS, ficando o juiz e monitores de fiscalização sabendo a posição geográfica dos condenados em tempo real”, observou.

Fonte: CGJ-MA

Tem preso que já saiu até dezesseis vezes, afirma juíza da VEP sobre a saída temporária

"Tem preso que já saiu dezesseis vezes. Sai e volta, sai e volta", afirma a juíza Ana Maria Almeida Vieira, titular da 1ª Vara de Execuções Penais - VEP, sobre a saída temporária concedida a presos que cumprem pena em regime semiaberto e que apresentam bom comportamento carcerário. Através do benefício previsto na Lei de Execução Penal, 361 apenados do sistema penitenciário da Região Metropolitana saem dos estabelecimentos onde cumprem pena na manhã desta quinta-feira (05) para retornarem aos mesmos até as 18h do próximo dia 11, na saída temporária do Dia das Mães.

Segundo a magistrada, algumas cerimônias realizadas pela VEP na Penitenciária de Pedrinhas têm por objetivo a entrega de diploma aos apenados que retornam das saídas temporárias. "O auditório fica lotado", garante. E continua: "A Lei de Execuções não prevê apenas punições para os que não retornam, mas também recompensas para os que cumprem o estabelecido".

Ressocialização - Para a magistrada, "muitas pessoas criticam a concessão do benefício, mas não sabem o que é. Não têm parente preso. Quando têm, mudam totalmente o posicionamento. Preso é gente. Cometeu um crime, mas foi julgado. Está cumprindo pena", observa.

A juíza ressalta ainda o objetivo do benefício, o da ressocialização do preso intermediário (que cumpre pena no regime semiaberto). "Ninguém fica preso a vida toda, em algum momento esse preso vai sair, vai ter contato com a sociedade. Esse é o fundamento do benefício", esclarece.

Nas palavras da magistrada, se o preso fizer jus ao benefício, cabe ao juiz apenas deferir. O juiz não pode negar. Primeira vez - Falando sobre a evasão de beneficiados com a saída temporária, Ana Maria Vieira afirma que vinha observando que essa evasão se dava, principalmente, entre os presos contemplados com o benefício pela primeira vez. Em vista disso, resolveu aferir os números relativos à saída da Páscoa de 2016, quando 352 apenados deixaram os estabelecimentos penais e dos quais 45 não retornaram. Desses, 29 tinham saído pela primeira vez, apontou o levantamento feito pela juíza que atribui o fato à ânsia de alguns ao se verem em liberdade pela primeira vez.

Lei de Execução Penal - São cinco as saídas temporárias anuais previstas na Lei de Execução Penal - LEP (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984): Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal. Segundo a Lei, a autorização para as saídas "será concedida por ato motivado do Juiz da Execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária".

Presos contemplados com o benefício assinam um termo de compromisso no qual constam, entre outras exigências a ser cumpridas durante o período da saída, as de não freqüentar bares, casas noturnas e similares; não portar armas, e recolher-se à residência até as 20h.

Juiz Douglas Martins representa magistratura em Congresso Mundial de Direito Ambiental

06/05/2016 13:00:46

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís foi indicado pela Corregedoria Geral da Justiça para representar a magistratura estadual no "Congresso Mundial de Direito Ambiental" (World Environmental Law Congress) realizado no Rio de Janeiro, de 27 a 30 de abril, na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

Com o tema "O Estado de Direito Ambiental, Justiça e Sustentabilidade Planetária" (Environmental Rule of Law, Justice and Planetary Sustainability), o evento reuniu especialistas representantes de mais de 50 países, entre eles, presidentes de Cortes Supremas, agentes do Ministério Público e magistrados de todos os estados.

O Congresso teve como objetivo construir plataforma para os avanços da legislação no desenvolvimento e na implementação de soluções suscetíveis de assegurar a sustentabilidade ecológica, social e econômica.

Douglas Martins participou do ato de criação do "Instituto Global Judicial para o Meio Ambiente". Esse instituto contribuirá para o aperfeiçoamento da participação do Poder Judiciário nas políticas públicas de proteção do meio ambiente.

"Além de debater os principais problemas ambientais que afligem a humanidade nos últimos anos, tive a oportunidade de trocar experiências com juízes especializados em meio ambiente do Brasil inteiro e de outros países", disse o juiz.

O evento foi promovido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

A organização contou com o auxílio da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Escola Nacional da Magistratura (ENM) e pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAJRJ), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e com a cooperação de diversos organismos internacionais da área ambiental.

Justiça aceita denúncia contra Roseana e mais 15 por fraude na saúde do MA

Carlos Madeiro

Colaboração para o UOL, em Maceió 05/05/2016 16h12

Roseana Sarney e Ricardo Murad, seu cunhado

A Justiça do Maranhão aceitou denúncia contra a ex-senadora e ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB); contra o cunhado dela, Ricardo Murad (PMDB); e mais 14 pessoas.

Todos se tornaram réus de ação proposta pelo MPE (Ministério Público Estadual) em fevereiro denunciando organização criminosa para fraude em licitação e desvio de recursos para construção e reforma de hospitais no Maranhão. Além de possível enriquecimento ilícito, Sarney e aliados teriam recebido doações generosas das empresas vencedoras da licitação em campanhas eleitorais.

Segundo a denúncia --aceita nessa segunda-feira (2) pelo juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, da 7ª Vara Criminal de São Luís--, houve superfaturamento no preço de obras em 64 hospitais. Cinco empreiteiras e seus proprietários foram alvo da denúncia. As fraudes teriam ocorrido em 2009 e 2010.

A concorrência para as obras dos hospitais ocorreu por meio edital de dispensa de licitação publicado em setembro de 2009. O cunhado de Roseana, Ricardo Jorge Murad, era secretário de saúde e ordenador de despesa.

O promotor cita que os valores iniciais das obras, de R\$ 115 milhões, ganharam oito aditivos aos contratos, alcançando o valor de R\$ 151 milhões. "É evidente o superfaturamento dos preços das obras, pois os aditivos não tiveram nenhuma justificativa, senão expandir artificialmente as despesas com as obras dos hospitais", afirmou.

Para o promotor, os réus usaram as obras para desviar recursos. "As condutas delituosas dos denunciados, devido às práticas reiteradas e permanentes, durante, pelo menos, dois exercícios financeiros (2009 e 2010), constituem estrutura criminosa com o objetivo de violar normas cogentes, com a finalidade de enriquecimento às custas das verbas da saúde pública, bem como financiamento de campanhas eleitorais da ex-governadora e do ex-secretário, ora réus", afirma o promotor Lindonjonson Gonçalves.

Ainda segundo a denúncia, sem a licitação, os preços das obras teriam sido definidos sem critérios técnicos. "A fixação de preços decorreu do livre arbítrio do gestor, no sentido de construção de projeto de alvenaria e equipamentos básicos de edificação, que estão nos mesmos parâmetros do Minha Casa Minha Vida, cujo valor básico de R\$ 59 mil por unidade resulta em uma avaliação de estrutura reduzida, mas comparável, muito inferior àquilo que resultou dos valores pagos das unidades edificadas", afirma.

Sobre Roseana, o MPE alega que parte do dinheiro superfaturado serviu para financiar sua campanha à reeleição ao governo do Maranhão em 2010. "Com relação à ré Roseana Sarney Murad, as transações e transferências de recursos para as empresas contratadas sem licitação, no montante de 57 milhões de reais,

serviram para abastecer sua campanha eleitoral e seu partido, no pleito de 2010, na quantia de R\$ 1.950.000,00, sendo a mesma responsável pelos recursos recebidos na campanha eleitoral", diz a denúncia.

Ainda segundo o promotor, a investigação teve início após questionamentos feitos pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) do Maranhão ao TCE Tribunal de Contas do Estado. A denúncia ao MP foi feita pelo então deputado estadual --e atual deputado federal-- Rubens Pereira e Silva Júnior (PCdoB). O caso também foi relatado pela CGU.

Em nota, a assessoria da ex-governadora Roseana Sarney afirmou que ela nunca foi ouvida sobre a questão.

"Trata-se de uma denúncia genérica, sem nenhum fato específico imputado contra ela, que foi incluída como co-autora apenas por ser governadora. Roseana Sarney tem a consciência serena de quem sempre agiu dentro da lei e em nenhum momento autorizou despesas ou interferiu administrativamente no caso que está sendo investigado. Esta é mais uma ação movida por quem sempre atuou com métodos de perseguição política", informou a nota.

Já Ricardo Murad não foi localizado, nem se manifestou em suas redes sociais, comentando a denúncia aceita pela Justiça.